

Emmanuel de Almeida Lins

A INQUISIÇÃO E O LIVRO DIDÁTICO:  
entre o dito e o silenciado

REPERTORIUM  
INQUISITORVM  
PRAVITATIS HAERETICAE.

In quo omnia, quae ad haeresum cognitionem,  
ac S. Inquisitionis forum pertinent,  
continentur.

*Correctionibus, et Annotationibus praestantissimorum Iurif-  
conulorum Quintilliani Mandorq̃, ac Petri Ven-  
drameni decoratum & auctum.*

Cum Privilegijs Summi Pontificis, Insuperissimi Caesaris, Regis  
Catholici, ac Senatus Veneti.



Campina Grande - 2005

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

CENTRO DE HUMANIDADES

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA

A INQUISIÇÃO E O LIVRO DIDÁTICO:

entre o dito e o silenciado

EMMANUELA DE ALMEIDA LINS

Silene Leila Oliveira Cavalcanti

ORIENTADORA

CAMPINA GRANDE

2005

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

CENTRO DE HUMANIDADES

# A INQUISIÇÃO E O LIVRO DIDÁTICO:

entre o dito e o silenciado

EMMANUELA DE ALMEIDA LINS

Monografia apresenta como pré-requisito de conclusão do curso de História, da Universidade Federal de Campina Grande, tendo como orientadora a professora Ms. Silede Leila Oliveira Cavalcanti.

BANCA EXAMINADORA:

---

Silede Leila Oliveira Cavalcanti

---

Henry Chamery da Costa Santos

---

Eronildes Câmara Donato

CAMPINA GRANDE

2005



Biblioteca Setorial do CDSA. Março de 2024.

Sumé - PB

A George e a D. Terezinha,  
por gratidão e admiração.



## Agradecimento

De todos os trabalhos que fiz ao longo dessa primeira etapa da minha vida acadêmica, sem dúvida, este foi o mais doloroso. Agora entendo quando alguém diz que teve um parto ao fazer sua monografia, só que a minha gestação durou dois anos, isso mesmo: DOIS ANOS.

Foi um período de muita resistência, a até mesmo agora, nos momentos finais do parto, houve aversão, dúvidas, medos, questionamentos. E por que não fiz um outro curso? Por que não fui fazer a minha matrícula em Direito? Mesmo passando no meu primeiro vestibular para Direito, não tive o interesse nem de ir fazer a matrícula, quanto mais cursá-lo, pelo simples fato de ser apaixonada por História. No meu segundo vestibular, (fiz finalmente, a escolha pelo curso que queria), sobre as críticas e reprovação de muita gente, afinal são poucas pessoas que incentivam na conquista do nosso sonho, sem que ache que é uma perda de tempo.

Fiz o vestibular, passei, cursei. A princípio com uma boa regularidade, depois... Vieram os trabalhos em outras cidades, a necessidade de trancar cadeiras, muitas vezes de abandoná-las, mas no final pronto: PAREI. Empaquei feito “burro xucro” na bendita monografia, mas por quê? O que diabo ela tem pra meter tanto medo? Ainda não sei, vou ver se tento responder para mim essa pergunta na defesa, e, quem sabe, nos agradecimentos da minha futura dissertação (pois eu não vou desistir) conto a vocês leitores o porquê do meu medo.

Mas tudo isso é para dizer que, além de mim, é claro, devo agradecer a algumas pessoas por ter chegado até aqui, e devo fazer isso em três tipos de agradecimentos bem

específicos: para os que contribuíram para a minha formação; para os que acompanharam a minha vida acadêmica; e, por último, para aqueles que demonstraram paciência e persistência em concluir esse trabalho comigo. Porém, devo avisar que se esqueci de alguém, me desculpe, pois os últimos dias têm sido bastante estressantes e com toda certeza devo esquecer o nome de alguém que não foi menos importante, apenas a minha memória esta brincando comigo agora e faz com que alguns silêncios existam.

No primeiro grupo, a primeira pessoa a agradecer é ao Durval Muniz, o primeiro professor que tive contato na Universidade, em Introdução a História, na sala BD 201. Foi o melhor cartão de visitas que alguém pôde ter no curso. Qual aluna não se apaixona por aqueles olhos azuis? O segundo contato foi com Nilda, que desde o primeiro momento nos mostrou uma forma criativa de trabalhar a História Antiga. Obrigada! Agradeço também a Auricélia Lopes, que nos fez apaixonar por medieval e por vários autores, Le Goff, Duby, Certeau, Ladurie. Em seguida, agradeço a Socorro Rangel, professora que sempre será lembrada com muita admiração e pelos momentos engraçados que a envolveram. Quantas vezes ela não nos pegou fugindo? Parece que ela sabia que tínhamos medo dela e aí é que fazia aquela cara de mal. Ô mulher!!! Agradeço também, nesse primeiro grupo, a todos os meus professores, que mesmo discordando com o olhar de alguns a respeito da história, ensinaram muita coisa.

No segundo grupo de agradecimentos, entram os meus colegas de academia, em especial a Élson e Walber, que por um bom tempo éramos inseparáveis; a George e Alexandre, pelas longas conversas nos corredores em que criamos as nossas próprias teorias e fizemos vários roteiros para as nossas viagens; a Eltern, pela afinidade teórica; Juciene, Tony, Raquel, Maíza e a todos do período 97.1 que, mesmo os que desistiram ao

longo do tempo, proporcionaram muitos momentos inesquecíveis e por isso são todos importantes.

No ultimo grupo, aqueles que persistiram comigo durante a elaboração desse trabalho: a minha mãe, D. Terezinha, e meus irmãos, que agüentaram uma TPM (Tenção Pré-Monografia); a Flávio, por ser um grande amigo, aqui ou em Curitiba – você sabe o quanto te amo!; a Fábio, Christus, Vinicius, Carol, Mazinho e a Angela; pela paciência e apoio logístico; a Joel por sempre me incentivar; a Carla, que mesmo distante está presente; a Silede, por não desistir de mim; e ao Herry, que na reta final aceitou o meu convite para participar da banca. E, por ultimo, lembro mais uma vez de agradecer aquelas pessoas que não citei nomes, mas que sabem que participaram comigo dessa parte da minha história, o Curso.

E agora vamos a “bendita” monografia, que não será aquela idealizada, será aquela parida...

Valeu!!!



“Não quero dizer, ao escrever, que tenha conseguido fazer tudo o que pretendi ao imaginá-lo. E quem o consegue? A obra que se apresenta ao público, qualquer que seja ela, é o resultado de duas derrotas: a primeira, porque o artista jamais conseguirá se equiparar à mobilidade, à vida, à riqueza, à contínua invenção da realidade; a segunda, porque depois de inventar sua obra – que não é senão uma tentativa de resposta domada, classificada e ordenada ao que o mundo contém de feroz, de disperso e selvagem – nunca consegue ele imprimir na obra tudo o que desejou e entreviu no momento da criação”. (Ariano Suassuna, **O santo e a porca**)

## Sumário

Introdução	10
Capítulo I	16
1. O livro didático de história: “porteadores” e “interlocutores” do processo de ensino-aprendizagem.	17
Capítulo II	24
2. A Inquisição: uma inquietação historiográfica.	25
2.1. Um novo assunto: a Inquisição	29
2.2. A Inquisição hoje	32
Capítulo III	36
3. A Inquisição vista no livro didático	37
Considerações Finais	49
Bibliografia	53
Apêxos	56

## Introdução

“A primeira leitura que se faz é a do desconhecido”.  
Jose Saramago

Em 19 de abril de 2005, um novo papa surge para a história, Bento XVI. Não é possível prever se o seu mandato será tão longo quanto o do seu antecessor, João Paulo II<sup>1</sup>, mas podemos perceber que sua figura será santificada desde sua eleição para Sumo Pontífice e ele representará a parcela da Igreja Católica mais conservadora desde o papado de Pio X.

O mundo todo, cristão e não-cristão, está interessado em saber mais a respeito do novo pontífice, que tem seu nome de batismo Joseph Ratzinger, e que escolheu Bento para homenagear ao padroeiro da Europa. No entanto, o que ele fazia e o que ele representa dentro da Igreja Católica dos dias de hoje, pouco está sendo discutido e, neste momento, é bem propício questionar que ele foi prefeito por 24 anos da Congregação para a Doutrina da Fé, anteriormente conhecido por Santo Ofício, que desde o século XIII, é a instituição responsável pela “*vigilância para a prática da fé e unidade dos cristãos*”<sup>2</sup>. A mudança de nome se deu no início do século XX, devido ao grande desgaste da imagem do Santo Ofício, que remetia a memória dos cristãos um dos períodos mais sangrentos da História e que, por isso, estava sendo rediscutido a “culpa” da Igreja na morte de vários inocentes, acusados de bruxaria durante seis séculos que ela operou, com ajuda do Estado<sup>3</sup>.

Nessa eleição papal, na qual Ratzinger foi escolhido, a Congregação demonstrou que possui poder político tão forte quanto o de outras ordens católicas, podendo barganhar

<sup>1</sup> João Paulo II ficou no papado durante vinte e cinco anos.

<sup>2</sup> Ainda hoje, essa prerrogativa serve para justificar as atividades da Congregação da Doutrinação da Fé, tendo seus estatutos doutrinários e disciplinares semelhantes ao do século XVI quando houve o ressurgimento da Inquisição, sob os moldes do Tribunal Espanhol. Pode-se ter acesso a uma parte destes documentos doutrinários e disciplinares no site: [http://www.vatican.va/roman\\_curia/congregations/cfaith/index\\_po.htm](http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/index_po.htm) Acessado em 29.02.05.

<sup>3</sup> Este era o responsável pela colocação em prática da punição. Cabia ao Santo Ofício investigar e condenar os tidos como herege.

cargos políticos importantes nas representações de nações e lideranças políticas mundiais, chamando a atenção para o fato de que até o governo chinês se mostrou bastante receptivo ao novo papa, desde que, este interfira a seu favor na atual relação política entre Pequim e Taiwan.

Essa trama política reforça a ideia de que a Congregação, ou melhor, o Santo Ofício, age em esferas políticas que utilizam de sua atuação, por ser uma das ordens responsáveis pela doutrinação cristã e que, dialogando com outras formas de poderes, mantém a população de um país a favor ou contra o seu governo. Dessa forma percebemos que a atuação dela não se limitou só do século XIII ao XVIII. Então, vem a pergunta que permeia esse trabalho: por que nos foi ensinado que o Santo Ofício *foi* uma instituição com temporalidade bem definida, com seu início e FIM? Ou melhor, por que os livros didáticos de história deixam transparecer que a Inquisição é um acontecimento distante do nosso tempo e que, por isso, não exerce mais efeito sobre nós? E ainda, por que é um tabu refletir, dentro da sala de aula, sobre a forma como a Igreja Católica continua a normalizar a vida dos cristãos, e, como reflexo, dos não-cristãos?

No prefácio do livro *Os Tabus da História*, de Marc Ferro, a historiadora Maria Luiza Tucci Carneiro fala que “no Brasil ainda é tabu falar de tabus. Isto porque tal postura perturba a ordem das coisas, causando mal-estar”<sup>4</sup>, e que ao falar sobre determinado assuntos estamos tendo uma atitude ousada de “revelar silêncios propositais da História que, por si só, também são história”.

E a nossa História – por descuido de alguns ou negligência de muitos – se faz lapidada por tabus, caracterizando uma certa inércia por parte dos historiadores. Não está em questão advogar a favor dos excluídos.

---

<sup>4</sup> In FERRO, Marc. *Os Tabus da história*. – Rio de Janeiro: Ediouro, 2003, p. 07.

e sim questionar os conformismos inerentes a todas as sociedades”.<sup>5</sup>  
(CARNEIRO, 2003:07)

Nesse assunto, especificamente, a Inquisição, o livro didático e seus autores acabam por manter esse tabu, não demonstrando o interesse em refletir sobre a atuação do Tribunal do Santo Ofício, ignorando que, ainda hoje, ele está presente na vida dos cristãos, dialogando diariamente com outras formas de controle e obediência social. Esta postura de não falar e não abrir um debate para entendermos como esses acontecimentos foram construídos, acaba por favorecer os interessados daqueles que tentam manter uma postura não crítica sobre a atuação da Inquisição. Esse olhar sobre a História e a não percepção de como os acontecimentos têm algum tipo de relação com a vida dos homens, seus costumes, modo de pensar, e se relacionarem com os outros, favorece a uma não compreensão ampla de como o presente deste homem pode ser caracterizado como um embate de forças e que ele, que está inserido na construção histórica, vive em constante embate com essas forças, aceitando-as, resignificando-as, ou mesmo, recusando-as.

A história que está contida nos livros didáticos analisados, em alguns pontos, ainda está limitada, pronta, sacralizada, sem que o seu conteúdo seja transmitido ao aluno com possibilidade para reflexão do presente e, com isso, reconstruído pelo mesmo. Se fosse possibilitada a esse aluno uma compreensão mais ampla do assunto estudado, provavelmente ele teria condições de redimensionar o seu conhecimento histórico, compreendendo que o que foi escrito nos livros didáticos é o olhar de um autor sobre os eventos, e que ele teve interesses, vontades e desejos, resultados do tempo e do espaço que esse autor vive.

O aluno do ensino fundamental muitas vezes não se identifica como um sujeito histórico, pois ainda é perceptível, que por falta de uma compreensão mais ampla a respeito

---

<sup>5</sup> CARNEIRO, M<sup>a</sup> Luiza Tucci. Prefácio. In FERRO, Marc. Os Tabus da história. – Rio de Janeiro: Ediouro, 2003, p. 07.



de determinados olhares sobre os acontecimentos, não entende como o que está sendo estudado pode ter uma relação com sua vida. Essa forma de ensinar a história, como sendo algo distante da vida dos alunos, ainda está presente no sistema educacional e o aluno ainda é visto, em algum momento, apenas um receptor de informações, que não está sendo dado a possibilidade dele tentar perceber o que foi estudado a partir do seu olhar.

Compreendemos ser difícil de romper com um processo de construção de conhecimento em que a crítica e utilização da memória do aluno não são postos em prática, no Brasil, pois seria necessário haver um diálogo entre os acontecimentos recentes com os que estão dentro dos livros didáticos, esclarecendo o porquê deles terem sido selecionados para serem expostos. Há uma dúvida do aluno sobre qual motivo determinados conteúdos foram escolhidos para estarem no livro didático, no nosso caso, mais especificamente, qual é o motivo para a Inquisição estar sendo estudada, já que não está localizado no livro analisado a justificativa para aquela abordagem.

A escolha dos livros analisados nesse trabalho, *História: Das Cavernas ao Terceiro Milênio – 6ª série*, de Patrícia Ramos Braick e Myriam Becho Mota, e *História & Vida Integrada – 6ª série*, de Nelson Piletti e Claudino Piletti, foi a partir da informação obtida junto a Secretaria de Educação de Campina Grande, onde nos foi mostrado serem esses os livros mais solicitados para serem utilizados no ano letivo de 2005. O conteúdo sobre a atuação do Santo Ofício aparece nos dois livros, mas, da forma como são apresentados para o conteúdo parece uma escolha aleatória, pois não apresentam uma justificativa e, já que essa escolha não é explicada, acaba tendo reflexo na forma como o conteúdo será compreendido pelo aluno.

Essa postura dos autores sobre os conteúdos nos livros didáticos pode ser percebida como vestígios de uma censura que a Ditadura tinha frente à produção educacional

entre 1968 e 1980, que consistiam no controle dos conteúdos abordado dentro das salas de aula e a forma como estes eram expostos. Outro motivo que interferiam na escolha desses conteúdos era que a Igreja Católica brasileira, apesar de fazer algum tipo de oposição à perseguição política, ficou sendo uma das instituições ligadas ao governo responsáveis pelo controle do que deveria ser publicado, na justificativa que alguns conteúdos serviam para denegrir instituição família.

Em 1969, quando aconteceu a reforma educacional, promovida pelo governo militar, foi instituído a substituição das disciplinas História e Geografia pelos Estudos Sociais, uma disciplina com abordagens que priorizava a valorização da nação e da identidade nacional como, também, da ética que o cidadão deveria assumir. Essa substituição na grade curricular era para ocupar um espaço disciplinar sem que os professores tivessem a possibilidade de expressar para os seus alunos uma maior reflexão dos assuntos, contribuindo para a crítica dos acontecimentos e, conseqüentemente, naquele período, nas instituições de poder.

Com isso, percebemos que alguns silêncios históricos têm os seus motivos para existirem e, que, é extremamente conveniente à manutenção deles para grupos que perderiam com o questionamento de suas ordens e, muitas vezes, o porquê de ainda existirem, gerando muitos dos preconceitos em nossa sociedade. Um exemplo claro disso é que a Congregação para a Doutrinação da Fé reafirmou, em julho de 2003, que a homossexualidade ou a união entre pessoas no mesmo sexo era caracterizada como um pecado<sup>6</sup> e, em julho de 2004, que a

---

<sup>6</sup> RATZINGER, Joseph Card. Considerações sobre os projetos de reconhecimento legal das uniões de pessoas homossexuais. Roma, 31 de julho de 2003.

mulher deveria obediência e submissão ao homem para a manutenção de uma sociedade equilibrada<sup>7</sup>.

Como metodologia de trabalho, apropriei-me de algumas idéias e conceitos trabalhados por historiadores culturais que fazem, desde a década de 80, como no caso de Marc Ferro, uma discussão da forma como os conteúdos são abordados nos livros didáticos e como a história da educação está imbricada de interesses políticos e culturais nas suas abordagens.

Não foi feito um trabalho específico para a análise iconográfica dos textos. Não por entendermos como sendo menos importante. Pelo contrário, as imagens do texto, muitas vezes, possibilitam uma análise crítica mais abrangente do que o próprio texto. Contudo, entendo que esse trabalho necessitaria de um aprofundamento teórico bem mais específico, e pela sua amplitude deveria ser um trabalho a parte.

Para a análise dos textos, no primeiro capítulo veremos como o livro didático foi construído como um mecanismo de controle, feito por algumas instituições interessadas. No segundo, será abordado a Inquisição como uma inquietação historiográfica que ao longo do século XX foi sendo discutida e, com a abertura dos arquivos inquisitoriais, houve uma ampliação nos olhares sobre os assuntos da história, contribuída e com os estudos teóricos dos historiadores da mentalidade. Por último, será feita uma análise sobre a abordagem do conteúdo Inquisição, com base nos recortes do livro escolhidos para trabalhar.

Como referência de consulta, é importante ressaltar, que foram visitadas as páginas na Internet do Arquivo Nacional da Torre do Tombo e da Congregação para Doutrinação da Fé. Essas páginas disponibilizam arquivos sobre alguns temas abordados nesse trabalho.

---

<sup>7</sup> RATZINGER. Joseph Card. Carta aos Bispos da Igreja Católica sobre a colaboração do homem e da mulher na Igreja e no mundo. Roma, 31 de Julho de 2004. Disponível em [http://www.vatican.va/roman\\_curia/congregations](http://www.vatican.va/roman_curia/congregations). Acessado em 29.02.05.

# Capítulo I

## 1. O livro didático de história:

“norteadores” e “interlocutores” do processo de ensino-aprendizagem.

Os livros não são feitos para acreditarmos neles, mas para serem submetidos a investigações. Diante de um livro não devemos nos perguntar o que diz, mas, nos perguntar o que quer dizer. (UMBERTO ECO)

Muitos educadores falam que todo livro pode ser considerado didático, no entanto, este trabalho faz uma análise de um conteúdo específico, a Inquisição, que está presente em livros didáticos de História, *História: Das Cavernas ao Terceiro Milênio – 6ª série*, de Patrícia Ramos Braick e Myriam Becho Mota, e *História & Vida Integrada – 6ª série*, de Nelson Piletti e Claudino Piletti, compreendido como sendo “*um material impresso, estruturado, destinado ou adequado a ser utilizado num processo de aprendizagem ou formação*”<sup>8</sup>. Trabalhamos sobre este conceito de livro didático para melhor compreendermos o campo de estudo e distinguir a fonte trabalhada dos outros livros, mas, para isso, se faz necessário conhecermos primeiramente a sua gênese no Brasil, bem como, abordar alguns aspectos pedagógicos, políticos e mercadológicos do livro didático.

O instrumento de estudo está permeado, desde o seu surgimento no Brasil, no século XIX, por políticas educacionais que indicavam como deveria ser seu uso e qual seria as formas de trabalho desses manuais para melhor assegurar a compreensão dos alunos para com os assuntos de interesse das instituições que os controlavam, pois, o Estado e a Igreja usaram a Educação, e seus instrumentos, como um mecanismo de manutenção de poder que ajudariam a construindo uma identidade nacional e cristã. Foi por isso que consultores do Estado, como Joaquim Manuel de Macedo, que era palestrante em alguns seminários da Igreja

---

<sup>8</sup> RICHAUDEAU apud SANTOS, Clézio. **A cartografia nos livros didáticos de geografia: contrapontos de uma pesquisa.** In: *Revista de Ciências Humanas*. Taubaté, v. 9, nº 2, 2003, p. 107.



no Rio de Janeiro e era sócio ativo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o IHGB, autor dos livros didáticos mais utilizados no Brasil durante a segunda metade do século XIX e o início do século XX, fizeram uma seleção de conteúdos, em um manual para cada disciplina, e estes conteúdos foram considerados importantes por estas instituições na criação de uma memória para a nação. Já as instituições de ensino, que a usariam estes manuais, eram em sua grande maioria, vinculadas a alguma ordem religiosa<sup>9</sup>.

Durante algum tempo, esses conteúdos selecionados seguiam os dos livros didáticos franceses, mas com a fundação do Colégio D. Pedro II e do IHGB, criados durante o Império e após a passagem para a república, tanto o IHGB como as escolas criadas pelo Império ficaram com responsabilidade do Estado, os historiadores brasileiros passaram a trabalhar para o Estado, desenvolvendo pesquisas e eles mesmos selecionavam e estruturavam os conteúdos mais apropriados para a educação do Brasil.

Ainda na primeira metade do século XX, surgem as primeiras críticas ao livro didático, não em relação as suas abordagens, mas nos conteúdos que foram selecionados. As críticas feitas com certo ar de denuncia, mostravam que os conteúdos de História do Brasil estavam focados apenas em fatos que aconteceram entre o Rio de Janeiro e São Paulo. Foi com o passar do tempo, na medida em que iam surgindo outros estabelecimentos de ensino superior que desenvolveram pesquisa, que os assuntos relacionados a acontecimentos locais e que estavam sendo discutidos, foi sendo incluído nos livros didáticos de História. Isso não quer dizer que todos os conteúdos foram selecionados, apenas os fatos considerados pelos consultores do Estado e do IHGB como sendo relevantes para a aprendizagem e ingressaram nos livros didáticos publicados no país.

---

<sup>9</sup> FONSECA, Thais Nívea de Lima e. **História & ensino de História**. Belo Horizonte: Autêntica. 2003. p. 49

Paralelamente a essas seleções de conteúdos, foram sendo também desenvolvidas nas universidades brasileiras orientações metodológicas para o trabalho dos futuros professores e um marco para esse tipo de pesquisa foi a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências Humanas e Letras, FFCHL, da Universidade de São Paulo, USP, que, junto com as pesquisas desenvolvidas pelo IHGP e pelos docentes do Colégio D. Pedro II, nortearam as orientações metodológicas com publicações que influenciavam teoricamente os artigos lançados em revistas das duas instituições e que posteriormente serviram de base para os textos dos livros didáticos de história brasileiros.

Um reflexo desse controle do IHGP, do Colégio D. Pedro II e da FFCHL foi que a História do Brasil passou a ser resumida ao que estava sendo contada nos livros didáticos. Porém, nos anos 50 e 60, ocorreu uma mudança teórica e, conseqüentemente, metodológica dos novos licenciando e bacharéis que se formavam nas universidades brasileiras, que já apareciam em um número maior no país. Surgem, nesse momento, os primeiros trabalhos críticos, não apenas descritivos, principalmente no final dos anos 60, com uma maior divulgação do pensamento de Paulo Freire, demonstrando que a educação tinha uma responsabilidade social e política, deixando claro para os educadores que as atividades desenvolvidas dentro da sala de aula influenciavam diretamente na construção da identidade cultural dos brasileiros.

Os estudos desenvolvidos pelos pesquisadores pedagogos refletiram nos historiadores brasileiros e os livros didáticos passaram a influenciar na forma como os conteúdos eram apresentados, dando uma nova leitura para o cotidiano escolar dos alunos. A educação passou a ser encarada com um ato político que deveria incluir aqueles que estavam sendo excluídos. A *pedagogia do oprimido* surgia para denunciar e a história tinha papel fundamental nessa atividade. No entanto, o governo aproxima ainda mais o seu controle da

educação, e desta vez passa a ter apoio direto com as grandes gráficas e editoras que passavam por um momento de sofisticação no processo de impressão e necessitava do apoio do governo para importar os novos equipamentos. Em troca, eles passavam todo o material que chegava para ser publicado ao Ministério da Educação para ser analisado.

Entre a década de 70 e 80, chega ao Brasil a compreensão e explicação da História sob a influência da análise marxista o que interfere mais uma vez na forma como os conteúdos passariam a ser apresentados nos livros didáticos e, paralelamente a essa transformação teórica intensifica-se a discussão sobre a utilidade do livro didático. O novo mercado educacional buscava uma melhor qualidade gráfica no livro e mais politizada em seu conteúdo. Vêm à tona as obras paradidáticas, que surgem para minimizar a compartimentação dos conteúdos dos livros didáticos habituais que, segundo os autores, implica numa perda da compreensão do conteúdo e da aprendizagem que não favoreciam a reflexão política, aproximada da realidade, que o alunado de 1º, 2º e 3º graus precisavam na nova sociedade que estava surgindo.

Nos livros didáticos, a principal mudança acontece nos *Exercícios de Fixação*, que eram indicados pelos professores para serem discutidos, interpretados e fixados os conteúdos pelos alunos, mas que demonstrava que o que acabava prevalecendo era o eixo de interpretação do autor, e não o do aluno.

Nas séries iniciais percebia que a vigilância era maior, tanto nos conteúdos a serem ensinados, como nos profissionais que trabalhavam para os futuros cidadãos, pois entendia-se que era nessa fase que era construído a sensibilidade para o questionamento das mensagens que era recebido. Por isso, nessa fase, mais do que em qualquer outra, era necessário que o aluno recebesse um conteúdo direto.

Thais Fonseca trabalhou esse tipo de manipulação dos poderes para com a educação, principalmente em relação a disciplina e conteúdos de História, apresentando a seguinte idéia:

As identidades nacionais e a legitimação dos poderes políticos fizeram com que a História ocupasse posição central no conjunto de disciplinas escolares, pois cabia-lhe apresentar às crianças e aos jovens o passado glorioso da nação e os feitos dos grandes vultos da Pátria. Esses eram os objetivos da historiografia comprometida com o Estado e sua produção alcançava os bancos das escolas por meios dos programas oficiais e dos livros didáticos<sup>10</sup>.

Segundo Marc Ferro, é nessa etapa da aprendizagem que construímos a “imagem que fazemos de outros povos, e de nós mesmos, estando associada à História que nos ensinaram quando somos crianças”<sup>11</sup>, por isso devemos ter uma preocupação social a mais com essa fase, pois, desde cedo, é necessário uma preocupação com a noção que fazemos dos acontecimentos do passado, porque estes irão influenciar na percepção com a transformação do saber, deixando claro que a sociedade, as ideologias, o homem, o tempo e o espaço são mutáveis. Explicaria isso a maior vigilância que o Estado tem com os livros didáticos das fases iniciais.

“Controlar o passado ajuda a dominar o presente e a legitimar tanto as dominações como as rebeldias. Ora, são os poderes dominantes Estados, igrejas, partidos políticos ou interesses privados que possuem ou financiam livros didáticos. Cada vez mais eles entregam a cada um e a todos um passado uniforme. E surge a revolta entre aqueles cuja história é ‘proibida’.”<sup>12</sup>

Um outro problema que interferia na forma como o livro didático era usado, foi a estrutura como o ambiente de trabalho do professor aparecia. A disposição do quadro negro

---

<sup>10</sup> Idem, 2003: p. 24.

<sup>11</sup> FERRO, 1983: p. 11.

<sup>12</sup> FERRO, 1983: 11.



na frente dos alunos e estes sentados em fileiras indianas, separados por um espaço vazio entre eles, dava uma noção hierárquica à aprendizagem e não era modificada pelo Estado. Quem estava lá na frente era o Professor, detentor do saber, e os que olhavam para ele seriam aqueles que deveriam aprender o que estava sendo passado por ele, não necessitando do contato com um outro aluno, pois estes tinham um mesmo nível de conhecimento e não contribuiriam a troca entre si de informações. O aluno e o professor estavam isolados em seus respectivos lugares.

Já nos livros didáticos surgem os diversos *parênteses, capítulos, caixas de textos* que também sugerem uma ordem hierárquica no que deveria ser compreendido por parte do aluno, mas que, na verdade, muitas vezes, confundia o aluno e que passava a não ser trabalhado pelo professor. Por isso, os conteúdos que estavam presentes nesses espaços, que não eram abordados, passaram a ser compreendidos pelo aluno como não sendo importante e que muitas vezes pareciam estar fora do contexto.

Não havia uma utilização eficaz da potencialidade dos livros didáticos e dos conceitos que estavam inseridos dentro deles. O que percebemos é que o que havia era uma imposição dos conceitos e conteúdos em prol de uma ordem política vigente, e quem sairia enriquecido era quem controlava a publicação dos conteúdos e não os alunos.

“A História dos Livros Didáticos em geral está relacionada com as ações governamentais quanto à propagação de interesses e ideologias, além do fortalecimento da indústria gráfica e editorial do país”.<sup>13</sup>

Sob esse o controle governamental, os livros didáticos passaram a ter ares de manuais para os professores e alunos, servindo aos propósitos de quem os criaram e

---

<sup>13</sup> SANTOS, 2003: 111.



legitimaram como sendo os norteadores e interlocutores do processo de ensino-aprendizagem, em que, poucos são questionados na sua eficácia perante o seu público.

O que parece ser mais importante para os leitores é a apresentação visual que o livro didático deve ter, sendo agradável, e isso deixa as gráficas e editoras bastante satisfeitas em seu papel, pois investem cada vez mais em sofisticados sistemas infográficos e, por esse motivo, exigem dos autores que os livros tenham um número maior de imagens, de preferência coloridas, para que estes possam demonstrar o seu poder tecnológico.

No final dos anos 90, um outro fator vem a interferir nos conteúdos dos livros didáticos, são os Parâmetros Curriculares Nacionais, os PCNs, que também modificou a estrutura em que o conteúdo deveria ser apresentado, privilegiando determinados conteúdos, como também, correntes teóricas. Os livros passaram a serem classificados por uma comissão, recebendo *estrelinhas*, como critério de qualidade, de acordo com a quantidade de pontos que eles se encaixassem, segundo os parâmetros criados por uma comissão do Ministério da Educação. Com essa atitude, percebemos que, mais uma vez, é reforçado o atrelamento ao Governo dos conteúdos apresentados no livro didático, mostrando que não há uma liberdade dos autores em escolher o que deva ser privilegiado em suas obras.

Com isso, não queremos dizer que o livro didático deixa de ser um instrumento importante no auxílio do processo de ensino-aprendizagem. Pelo contrário, é importante e tem seu valor histórico. O que é questionado é a forma como os conteúdos são privilegiados, como eles são abordados e como eles são transmitidos para os alunos, deixando que estes, em muitos momentos, não tenham o direito a uma crítica e posicionamento mais independente, e por isso, muitas vezes, parecem distantes da nossa História e realidade.

## Capítulo II

## 2. A Inquisição: uma inquietação historiográfica

“Aquele que tem o poder simbólico de dizer e fazer crer sobre o mundo tem o controle da vida social e expressa a supremacia conquistada em uma relação histórica de forças. Implica que esse grupo vai impor a sua maneira de dar a ver o mundo, de estabelecer classificações e divisões, de propor valores e normas, que orientam o gosto e a percepção, que definem limites e autorizam os comportamentos e os papéis sociais”<sup>14</sup>.

A produção historiográfica brasileira possibilitou, a partir da década de 80 do século XX, uma renovação nos conteúdos dos livros didáticos, apresentando assuntos que iam além da perspectiva materialista. O cotidiano da gente simples, seus desejos, angustias, conflitos, o sentir, o fazer e o pensar ao poucos foram ganhando espaço nas histórias dos heróis nacionais, do Estado e de seus símbolos.

Com a introdução da abordagem das mentalidades na academia brasileira, os autores de livros didáticos tiveram que se atualizarem teoricamente, por isso, novos conteúdos surgiram e foram abordados, passando a ser propostos para o estudo temas como, o papel da mulher, o modo de fazer, agir e pensar das sociedades. Era a História Cultural alterando o âmbito da História, em um panorama internacional.

As mudanças de abordagens dos conteúdos de história vieram desde a Revista dos Annales<sup>15</sup> que fora criada na primeira metade do século XX. Porém, após a II Guerra Mundial fez surgir uma nova sociedade, com uma dinâmica social que teve uma maior complexidade

---

<sup>14</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p. 41.

<sup>15</sup> A Revista dos Annales surge numa época em que a "escola metódica" exalta a sua preocupação com a erudição, privilegiando a dimensão política - procurando dar grande ênfase ao acontecimento. A corrente inovadora (Annales) despreza o acontecimento e insiste na "longa duração"; deriva a sua atenção da vida política para a atividade econômica, a organização social e a psicologia coletiva. Dessa forma, esforçavam-se em aproximar a história das outras ciências humanas.

decorrente da entrada no poder mundial de novos grupos, que tinham novas questões e interesses a respeito do mundo em que viviam, e os modelos de análise historiográficos existentes, principalmente o marxismo e a corrente dos *Annales*, não mais respondiam esses questionamentos. Dar-se, então, a *crise nos paradigmas*<sup>16</sup>, que demonstrava claramente que esse período não se adequava nos modelos explicativos globalizados e que apresentavam um regime de verdades.

Segundo Sandra Pesavento<sup>17</sup>, essa complexa mobilidade social necessitava de olhares críticos para analisar as novas modalidades do fazer política, da nova economia mundial e dos meios de comunicação em massa que transmitiam, em uma esfera global e com maior rapidez, a forma de pensar e viver dos diversos grupos do globo e, conseqüentemente, alterava profundamente o que se conhecia sobre cultura. Esse novo fenômeno, que surge como reflexo das alterações na sociedade depois da segunda II Guerra Mundial exigiu ser estudado; um novo olhar a respeito da história começava a surgir, mas sem romper por completo com as matrizes originais do marxismo e dos *Annales*. Pelo contrário, foi de dentro das vertentes do neomarxismo inglês e da história francesa dos *Annales* que surgiu o impulso para a renovação dessa corrente historiográfica que veio a se chamar História Cultural.

Mas, esse processo de abertura da análise historiográfica só veio realmente acontecer no Brasil, após a reabertura política dos anos 80. Até esse período, a nossa historiografia era dominada quase que absolutamente pela postura marxista, pois “o *materialismo histórico se propunha como a postura teórica que melhor dava conta da realidade brasileira, imersa, a partir de 1964 no autoritarismo de um regime militar que se*

---

<sup>16</sup> O termo Crise dos paradigmas surge no final da década de 60, para denominar as profundas rupturas com os modelos explicativos da realidade, que tiveram seus conceitos resignificados, rompendo assim com uma longa tradição historiográfica.

<sup>17</sup> Idem, p. 9.

*estendeu até o lento processo de reabertura política dos anos 80*<sup>18</sup>. Para a elite letrada e dirigente da época, era interessante nos trabalhos dentro das universidades, e conseqüentemente, dentro das escolas, os assuntos relacionados ao desenvolvimento e progresso econômico nacional, analisando assim a formação da economia capitalista, estudada a partir da transição de uma ordem escravocrata para o trabalho livre e, posteriormente, o surgimento e fortalecimento do processo de industrialização da nação.

Fora a formação econômica do país, era estudada uma história dos movimentos sociais, contudo, enfocando o proletariado industrial e suas lutas de classe. A formação dos partidos sindicais só foi introduzida nos currículos ao longo dos anos 80, pois, até então, isso era um assunto sem necessidade de ser abordado segundo os órgãos normatizadores da educação.

Uma outra abordagem possível de ser estudada nesse período era a discussão a respeito da natureza e formação do Estado, seus partidos políticos e sua organização. Por isso tudo, o materialismo histórico era percebido como o olhar mais adequado para analisar o que a realidade nacional permitia.

Quando houve essa abertura política e a análise das condições em que se sustentavam a dominação e a resistência política no Brasil passaram a ser estudados, a história proposta pelos *Annales* aos poucos foi sendo introduzido nas universidades convivendo, assim, com os remanescentes do marxismo, mas estes também não mais tinham a mesma postura, mesmo que mantendo a aproximação teórica, tinham uma maior liberdade na análise crítica.

A cultura passou a ser um assunto estudado e pesquisado nas universidades, principalmente em decorrência a introdução da teoria com base no que foi proposto pela

---

<sup>18</sup> Idem, p. 10.



escola dos *Annales*. Nesse momento, já não apresentava tanto atraso as discussões teóricas na academia brasileira para o que acontecia ao restante do mundo, principalmente na Europa. Devemos lembrar que essa não era a abordagem principal. A historiografia dos *Annales* inovava com suas concepções de marcos temporais, críticas ao marxismo e sua análise econômica e da realidade social. A cultura era apresentada como sendo uma terceira instância.

Foi então com a *Nova História Cultural*, que posteriormente passou a ser chamada de História Cultural, passou a “*pensar a cultura como um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo*”<sup>19</sup>.

A cultura ganha um novo olhar, entendida como:

A cultura é uma forma de expressão e tradução da realidade que se faz de forma simbólica, ou seja, admite-se que os sentidos conferidos às palavras, às coisas, às ações e aos atores sociais se apresentam de forma cifrada, portando um significado e uma apreciação valorativa”<sup>20</sup>.

Com esse novo significado, a História Cultura passou a ser um assunto estudado além das instituições de ensino, passou a ser consumido. Nunca se havia comprado e lido tanto como presenciamos a partir dos anos 90, fortalecendo um mercado editorial que buscava agradar o seu leitor com a publicação de trabalhos com assuntos que o público se interessava e identificava. E graças a História Cultura, esse olhar sobre o passado pode ser reinventado, tornando-se mais próximos dos questionamentos que a contemporaneidade faz, explorando os silêncios que existiam até então.

O modo de viver, a forma de pensar, as concepções de mundo e os medos, as imagens, as cidades, as identidades e suas transformações tiveram leituras na tentativa de serem compreendidas; os vestígios do passado passaram a ser desvendados pelo novo perfil

---

<sup>19</sup> Idem. p. 15.

<sup>20</sup> Idem. p. 15.

de leitores, que buscavam nos novos assuntos a compreensão do mundo de hoje: do seu mundo.

## 2.1. Um novo assunto: a Inquisição

Um dos primeiros estudos a respeito da Inquisição no Brasil está presente em *Nordeste 1817*, de Carlos Guilherme Mota, mas este trabalho faz referência à formação de uma consciência revolucionária que buscava o ideal de liberdade e autonomia no movimento pernambucano, quebrando com os preconceitos originados do colonialismo e da escravidão<sup>21</sup>. A inquisição não era o assunto principal deste trabalho.

Há também registro de trabalhos, baseados nas “*Propostas que se fez ao Serenissimo Rei D. João IV dos estílos do Santo Ofício e do Fisco, em 1646*”, do Pe. Antônio Veira, que abordam a Heresia como sendo um problema que minavam a consolidação da nação desde o Império até a República. A maioria dessas obras está ligada a Igreja Católica que, junto com o Novo Governo Republicano, tentava solidificar a Educação brasileira, mas sobre a sua guarda e das instituições educacionais católicas, obedecendo a uma lógica de pensar mais adequada a essas instituições.

Segundo Anita Novinsky, esses trabalhos são importantíssimos para o estudo da Inquisição no Brasil, pois mesmo com o olhar direcionado e de forma bastante sutil, expunha o assunto para a comunidade estudantil que se formava no Brasil, no final do século XIX e início do século XX.

Na década de 70, a mesma Novinsky, lança o livro *Cristãos-novos na Bahia*, que se torna um marco para os estudos sobre Inquisição, mesmo que tendo como enfoque

---

<sup>21</sup> VAINFAS, Ronaldo. *A Problemática das Mentalidades e a Inquisição no Brasil colonial*. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, 1988, p. 167.

principal a perseguição dos pretensos judeus pela Inquisição, abordando suas angústias e como suas identidades apresentavam fragmentas pelo constante dilema vivenciados, em uma Bahia, do século XVI, que os impunham uma religião, a católica, e a abjuração de suas tradições e praticas judaicas.

Esse livro é umas das primeiras influências da historiografia dos *Annales* no Brasil. A construção da identidade de uma minoria de homens e mulheres, que estavam sendo obrigados a negar sua cultura, era uma clara influência dos debates que aconteciam na Europa com Piere Goubert e Emmanuel Le Roy Ladurie. Eles fazima parte de uma terceira geração de historiadores dos *Annales* que estavam se formando, e tinham como um dos objetos de estudo as atitudes mentais e a elaboração que elas tinham na construção da cultura na sociedade. Essa geração recebeu de Jacques Le Goff a denominação de Nova História por perceber que esse novo corpo de historiadores estava preocupado em estudar as práticas e experiências dos homens comuns e que eram traduzidos em valores, idéias e conceitos sobre o mundo e sociedade em que viviam e a Inquisição e a perseguição que ela proporcionou a determinados grupos, era um assunto ideal para esse tipo de abordagem.

Foi com *A Inquisição*, também de Anita Novinsky, que o Santo Ofício e sua história passaram a ter uma maior repercussão e motivou outros pesquisadores a desenvolverem trabalhos sobre a temática. No final da década de 60, durante esse processo, houve a reabertura dos arquivos inquisitoriais, decorrente das deliberações acertadas no Concílio do Vaticano II e os processos passaram a ser pesquisados.

Posteriormente, Laura de Mello e Souza lança o livro *O diabo e a Terra de Santa Cruz*, que é o “responsável por uma das mais notáveis incursões de nossa historiografia no campo das mentalidades”<sup>22</sup>, pesquisando a partir das fontes eclesiásticas e inquisitoriais o

---

<sup>22</sup> Idem, p. 167.

cotidiano de mulheres e homens *infames*<sup>23</sup> do período colonial. Sua abordagem trabalha os desejos de homens e mulheres, as angústias, conflitos morais, seus modos de agir e pensar, em uma sociedade escravocrata, na qual, estes homens simples de posturas sociais híbridas, não estavam inseridos em sua lógica e práticas cotidianas que a Igreja Católica aceitava o que acabou por incentivar e justificar a perseguição inquisitorial.

Podemos dizer que foi com *O diabo e a Terra de Santa Cruz* que a Inquisição começou a ser um tema a ser estudado nas universidades em maiores proporções e, a partir de então, de uma nova forma. Também no Brasil, o livro *O Queijo e os Vermes*, de Carlo Ginzburg, tornou-se uma leitura obrigatória, influenciando essa nova geração de historiadores, que “cada vez mais se interessam pelo que seus predecessores haviam ocultado, deixando de lado ou simplesmente ignorado”<sup>24</sup>.

Uma outra preocupação dos historiadores da partir da História Cultural foi a de que, dos novos escritos históricos fossem lidos pelo leitor comum, como também aos especialistas, por isso, a narrativa, influenciada pelos *Annales*, tentava ocorrer de forma solta, agradável de ser lida. Só assim, as leituras sobre os assuntos dos mais diversos teriam uma maior reflexão do público em geral e este poderia desvendar fragmentos despercebidos, ou até mesmo, compreender os silenciados criados pela história.

Essa tentativa de expor o não dito tinha a intenção de implicitamente indagar algumas questões que permeiam o indivíduo e a própria cultura. São questões, que

---

<sup>23</sup> Esses sujeitos infames, como nos apresenta Foucault, tiveram ao longo do tempo suas vidas apagadas, suprimidas por uma historiografia, engrenada aos poderes, que não os via como sujeitos que faziam História. Em seu texto, “A vida dos homens infames”, o próprio Foucault faz a apresentação dos homens que ele se comprometia estudar, e quais as justificativas para esse estudo. Segundo o autor, eram “vidas que são como se não tivessem existido, vidas que não sobrevivem senão do choque com um poder que mais não quis que aniquilá-las, ou mesmo apagá-las, vidas que a nós não tornam a não ser pelo efeito de múltiplos acasos, tais são as infâmias”. No caso da Laura de Mello e Souza, não foi o acaso que a encontrou, pelo contrário, ela se propôs estudar essas vidas silenciadas por serem infames.

<sup>24</sup> GINZBURG, Carlos. **O queijo e os vermes. O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 15.



influenciam ainda hoje os homens e que até então pouco se refletia a respeito delas, pois, não se falavam por ser tratar do relato dos não-heróis.

## 2.2. A Inquisição Hoje

Com a abertura dos arquivos inquisitoriais<sup>25</sup>, em 1965, e com as pesquisas que sucederam, o mundo buscou entender o mecanismo de poder do Santo Ofício, desde sua origem como instituição, em 1231, até a ascendência institucional dos Estados sobre ela.

Devemos deixar claro que não houve a extinção dela. O Santo Ofício permanece até hoje, porém, em 1965, durante o concílio do Vaticano II, o seu nome foi modificado para Congregação para a Doutrinação da Fé. Oficialmente, os motivos para essa mudança, foram a necessidade da Igreja em reorganizar as competências em relação à heresia, à atualização do *index* dos livros proibidos e a busca do controle das devoções supersticiosas e das aparições milagrosas. Com as transformações que o mundo presenciava o papa João XXIII, via a necessidade de reformular o *Repertorium Inquisitorum*, que nada mais é do que as normas para definir o que é caracterizado como heresia e a forma de combatê-la.

O concílio e essas novas normas atingiram todas as práticas religiosas. No final da década de 60, a Igreja Católica contava com um grande mecanismo de propagação para suas ideias: a mídia. Seus textos foram mais facilmente difundidos a população católica do mundo, havendo a retomada dos seus preceitos religiosos, fortificando a Igreja em um período de

---

<sup>25</sup> A abertura que se refere é a autorização para a pesquisa dos documentos ao público em quase sua totalidade, não sendo permitido apenas casos que se referem as pessoas que estão em processo de canonização, em revisão de sentenças ou que, segundo o Vaticano, estejam em estado avançado de deteriorização, tendo risco de destruição dos processos ao ser manuseado. Outro motivo para a proibição, é que, alguns processos, ainda estão sobre a lei do sigilo, estes têm a temporalidade de abertura controlada pelo Vaticano. Isto quer dizer que, mesmo que estejam em algum arquivo, os processos em sigilo só poderiam ser lido por pesquisadores ou leigos quando o prefeito da Congregação para a Doutrinação da Fé ou o Papa autorizar, e isso ficará a revelia da decisão deles. Ver site <http://www.ianit.pt>.



conturbado para o mundo, principalmente com a influência das religiões orientais, da fortificação econômica do capitalismo e socialismo no pós-guerra e ao avanço tecnológico do mundo. Estes acontecimentos faziam emergir novas formas de poderes que propagavam idéias e costumes que entravam em conflito com os interesses da Igreja. A população mundial estava em contato com estas novas formas de pensar, novas para o ocidente cristão, mas que estavam resignificando características dos homens, como a fé e a relação com a igreja, provocando uma evasão dos fieis. Como é de se imaginar, isso acabava por incomodar o Vaticano, sendo necessário fortalecer os mecanismos institucionais que legitimavam a fé e a noção de pecado, com o intuito de manter a instituição católica forte nesse novo mundo. Esse era uma das principais funções da Congregação, antigo Santo Ofício.

Analisando o contexto político italiano e a influência do papa dentro da Itália e mais recentemente, aqui no Brasil, em uma consideração específica sobre o poder da Inquisição, Adriano Prospero faz uma menção a respeito da proporção desse poder:

“A Inquisição é<sup>26</sup> o meio de ação de um poder papal cuja importância é difícil negar. Durante séculos o tribunal romano exerceu autoridade sobre todos os italianos. Nas altas esferas, os poderes e as informações do Santo Ofício, na condição de polícia secreta, foram empregados nas lutas pela conquista do trono de São Pedro”<sup>27</sup>.

Sobre esse olhar, podemos perceber que a eleição do Cardeal Ratzinger, hoje papa Bento XVI e que anteriormente era o prefeito<sup>28</sup> da Congregação, entendemos como sendo um desses mecanismos políticos que busca o de controle de um grupo. O que faz a Congregação, que tem interesse de restaurar a Igreja em seus princípios mais conservadores, tenha mais

---

<sup>26</sup> Grifo meu.

<sup>27</sup> PROSPERI, Adriano. **Itália cai nas mãos do Santo Ofício**. In: *Revista História Viva*, São Paulo, n. 10, 2004, p. 46.

<sup>28</sup> Em escala de poder, o segundo homem da igreja católica, obedecendo apenas a ordens do papa

força para contestar as novas formas de práticas culturais da população cristã, que de certa forma ameaça a estabilidade da Igreja, fragilizando os seus mecanismos de controle.

Atualmente a Igreja tem demonstrado força e interesse em poder normatizar a conduta moral da população católica, já que utiliza de mecanismos midiático para propagar suas idéias e interesses, como o apresentado no recente encontro de jovens, realizado em agosto, na Alemanha, que serviu com um evento que marcou a reorganização da mídia católica direcionada aos jovens, divulgando assim os seus dogmas.

Porém, a igreja está em constante embate de força e interesses com outros tipos de poderes, sejam religiosos, políticos, ou grupos culturais, mas ela ainda encontra força ao ter influência para fazer a população crer, a partir do seu olhar, no que é pecado, qual a prática cristã aceita, qual o papel da mulher sobre o olhar da igreja. Por isso que, ainda hoje, pode ser vista como instituição forte que interfere diretamente na sociedade, pelas suas práticas, e também se forma indireta, utilizando da imagem de instrumentos de poder como os educacionais, ou mesmo os políticos legislativos.

Análises feitas por jornalistas, do que se espera sobre esse papado e como a Congregação irá ganhar mais força e repercussão, deixando de ser um poder de vigília quase que secreto para tornar-se mais pública, utilizando-se do controle de meios de comunicação, com redes de tevê, ou mesmo, participando mais ativamente da vida política e dos movimentos sociais dos países de forte tradição católica, ganharam força, principalmente, depois da publicação do *Instrumentum laboris*, que nada mais é do que a proposta de trabalho que cada papa indica ao assumir o seu pontificado. Bento XVI propõe a “volta da mulher ao lar” e fortificação da família. Sugere ainda que a propagação do pecado, intrínsecos nos novos costumes, está sendo responsável pela destruição da sociedade, por isso, deveria haver uma valorização e recuperação de preceitos como a virgindade, valorização da palavra propagada

pela Igreja e a condenação de condutas para os homens que vivem no pecado, mais especificamente, os homossexuais.

A princípio, mesmo que as análises estejam ainda incipientes, essas propostas tem causado preocupação para alguns antropólogos, pois temem que a propagação dessas reformulações dos dogmas da Igreja pode gerar conflitos entre grupos que concordem contra aqueles que sejam opositores a essas idéias, por acharem preconceituosas e excludentes.

Partiremos agora, para a análise do tema por nos escolhidos.

## Capítulo III

### 3. A Inquisição vista no livro didático.

“Nossa religião é pavorosa. Todos os navios do mundo poderiam vagar à vontade no volume de sangue inocente que ela verteu.”

Mark Twain

Uma das questões que os <sup>que</sup> profissionais que fazem <sup>a</sup> história, historiadores e professores, têm a problematizar é sobre qual o sentido da disciplina nas nossas vidas e, conseqüentemente, qual a importância do estudo no ensino fundamental e médio. Os autores dos livros didáticos brasileiros são quase que unânimes ao apontar a história com sendo o estudo dos movimentos e transformações das sociedades humanas, permitindo a compreensão do que acontece hoje. Entretanto, tendo como ponto de partida essa prerrogativa, como a Inquisição é trabalhada nos livros didáticos? E, qual a sua reflexão e elo para com o presente, tendo como o permeador da discussão a Inquisição? Estas são algumas das questões que serão abordadas nesse capítulo.

A princípio, umas das coisas que devem ser ditas é que, só agora, quase dois séculos após o fim da Inquisição, é que buscamos compreender as proporções e reflexos desse fenômeno na sociedade contemporânea. Sabe-se que, muito das relações de tolerância entre os homens são ponderadas e analisadas a partir do que foi revelado sobre a Inquisição ao longo do século XX, quando o assunto passou a ser mais estudado e comentado nos meios acadêmicos, dando aos homens a possibilidade de dialogar com seus desejos, vontades de fazer e pensar.

Os dados e fontes revelados ao público, pesquisador e leigo, sobre o Santo Ofício ainda hoje são contestados, como por exemplo:



- Igreja e historiadores vivem em constante batalha sobre o número de pessoas que sofreram fisicamente, com as torturas, e os condenados por heresia, pelo Tribunal do Santo Ofício;
- Por mais que se tenham datas de início e final do período, historiadores como Francisco Bethencourt, Carlos Ginzburg, Anita Novinsky e Laura de Mello Souza, dentre tantos outros que estudam o tema, não chegaram a um consenso sobre esses marcos de início e fim do Tribunal. Sabe-se que a perseguição sobre o que se entende por hereges vai mais além do que 1231, com a criação da Inquisição na Itália, e 1821, quando foi abolido o último Santo Ofício, que vinha a ser o de Portugal;
- O que se compreendia por heresias, motivo das perseguições, vai mais além do que a simples incredulidade na igreja Católica ou o ato de contestar os seus dogmas;
- Há uma homogeneização sobre o fenômeno da Inquisição, perdendo de vista que os tribunais não tiveram a mesma organização, poder e lógica e atuação para todas as monarquias, tendo nas principais, França, Itália, Espanha e Portugal, características bem distintas;

Esses são alguns pontos importantes que destacamos que não são contemplados pelos livros didáticos; neste caso, mais especificamente os dois analisados neste trabalho, *História: Das Cavernas ao Terceiro Milênio*<sup>29</sup> e *História & Vida Integrada*<sup>30</sup>.

29 BRAICK, Patricia Ramos & MOTA, Myriam Becho. *História: Das Cavernas ao Terceiro Milênio* (6ª série). São Paulo: Moderna, 2003, p. 101

30 PILETTI, Nelson & PILETTI, Claudino. *História & Vida Integrada* (6ª série). São Paulo: Atica, 2003, p. 27, 29, 159

Em relação à quantidade de pessoas torturadas e condenadas, ambos os livros levantam de forma bastante genérica. No livro *História: Das Cavernas ao Terceiro Milênio*, faz menção a um perfil dos perseguidos.

“Um fato curioso foi o elevado número de membros do clero presos pela Inquisição”

Na segunda obra, *História & Vida Integrada*:

“Durante a Idade Média e o começo da Idade Moderna, milhares de pessoas foram mortas nos processos da Inquisição”.

Pesquisadores, como Pierre Chaunu, levaram recentemente uma questão que está dando uma nova perspectiva aos estudos sobre o tema. O que se acreditava era que havia tido cerca de 340.592 condenações e, deste número, havendo cerca de 31.912 vítimas efetivamente queimadas. Porém, com os dados lançados pela prefeitura da Congregação para Doutrinação da Fé e pelos arquivos da Torre do Tombo e do Arquivo Nacional de Veneza, estes números foram reduzidos para 125 mil processos e a morte à fogueira cerca de 3 mil vítimas, durante o período dos três séculos que, oficialmente, houve condenações à morte pelo Santo Ofício.

Universidades e pesquisadores, desde então, travam uma batalha a parte para que esses números sejam melhor analisados, principalmente por muitos acreditarem que a grande maioria dos processos foram destruídos de forma proposital ou pela ação do tempo, tendo em vista que até pouco tempo, não se tinha em relação aos documentos Inquisitoriais um arquivamento adequado. Um outro motivo para grande perda, foi o incêndio, do começo do século XIX, no arquivo de Roma que destruiu grande parte os documentos da Inquisição Italiana.

Justificando essa redução nos números de processos e condenados a morte pelo Santo Ofício, alguns pesquisadores levantam a questão de que “(...) a longo prazo, o seu funcionamento gerava prejuízos, apesar dos confiscos”<sup>31</sup>.

Questionamento de números a parte, esses livros analisados não fazem menção a toda uma problemática existente em relação aos dados informados. Devemos levar em consideração que são, pelo menos, dois tipos de poderes, <sup>1</sup>o acadêmico e <sup>2</sup>o religioso, que tentam justificar suas posturas frente aos processos inquisitoriais, seja denunciando e condenando as atitudes de perseguições e mortes, feita pelos pesquisadores, ou mesmo, seja amenizando o fato, com os dados expostos pela Congregação, instituição que ainda tem o direito sobre os arquivos.

Um segundo ponto a ser abordado para análise, diz respeito à temporalidade do período em que a Inquisição atuou. Convencionou-se o marco inicial como sendo em 1231, quando o papa Gregório IX criou um tribunal para investigar crimes contra a autoridade da Igreja, e o marco final quando da abolição da Inquisição em Portugal, em 1821, último tribunal a ser desestruturado como tribunal que condenava e impunha ao Estado a execução da sentença.

No entanto, esses marcos também são postos à discordância, pois, percebemos ao longo da história a existência de um mecanismo de perseguição contra os ditos hereges e todos aqueles que tiveram suas idéias divergentes em relação aos que a Igreja Católica pregava no período. Em 1231, foi a oficialização institucional, não querendo dizer que anteriormente não houvesse a perseguição.

No livro *A Inquisição*, Michael Baigent e Richard Leigh, trabalham com a hipótese do tribunal da Inquisição ter surgido em 1206 para condenar os Cátaros, moradores

31 CHAUNU, Pierre. Destruir a Vida para salvar a Alma. In: Revista História Viva, São Paulo, n. 10, 2004, p. 32.

do sul da Espanha que acreditavam em uma doutrina maniqueísta, em que o Universo fora criado e manipulado por duas forças antagônicas e indomáveis, o Bem e o Mal. Os Cátaros também iam de encontro a Igreja Católica pela ostentação que os templos e os padres da igreja tinham, principalmente quando pregavam a valorização da simplicidade do espírito. Isto em uma região que, no período tratado, era uma das mais pobres da Europa, era considerado contraditório. Por isso, vários conflitos aconteceram entre Cátaros e católicos, ao ponto que, em 1203, Roma enviou para a região de Albigena o Bispo Osma e o monge Dominic de Guzmán, este último o fundador da ordem dos dominicanos que foram os responsáveis pela manutenção do Santo Ofício<sup>32</sup>.

Chegando lá, criaram um aparelho que condenaria a morte, com o apoio do Estado, todos os cátaros que não abjurassem sua fé e assumissem a Igreja Católica como sendo a única e verdadeira prática da fé. Como o Bispo Osma morreu em um ano, foi o Monge Dominic que fez a “cruzada” de conversão com a ajuda dos monges de sua ordem que caminhavam ao longo o território, pregando a vida simples e a austeridade da Igreja Católica. Para aqueles que não recebessem sua palavra, era feito uma denúncia formal a Roma, que prontamente pedia ajuda a Monarquia Espanhola para prenderem os que não apoiavam a Igreja – os hereges, posteriormente iriam ser queimados em praça pública, para que o restante da população visse qual era o destino dos heréticos.

Dominic de Guzmán cria a Ordem dos Dominicanos e um documento que indicava qual os mecanismos para a pregação católica, como deveriam se portar os homens fieis e o que era compreendido como heresia. Este documento, quando criado o Tribunal da Inquisição oficialmente, serviu como base para a elaboração do *Repertorium inquisitorum*.

---

<sup>32</sup> Baigent, Michael & LEIGH, Richard. A Inquisição. Rio de Janeiro: Imago, 2001.



A data que marca o fim do Santo Ofício também é questionada, pois, na Europa, principalmente em Portugal, houve no final do século XVII e início do século XIX alguns conflitos entre a população rural e alguns ex-escravos que foram acusados de culto ao demônio. Isto fez com que a comunidade se rebelasse contra os negros não católicos.

Fato semelhante aconteceu na América do Norte, mais especificamente no sul dos Estados Unidos, no início do século XX, onde a Ku Klux Klan, para justificar alguns motivos à aversão aos negros utilizava a justificativa de que eles eram grupos que praticavam a feitiçaria, sendo hereges aos olhos de Deus.

Dado estes fatos, percebe-se que as datas oficiais que dão para o início e o fim do Santo Ofício não representam rupturas na cultura do homem da época, o homem que temia e perseguia o desconhecido, ou podemos assim dizer, o que era herege.

Os dois livros didáticos analisados não contemplam essa problemática de periodização. No livro *História: Das Cavernas ao Terceiro Milênio*, as autoras Patrícia Braick e Myriam Mota fazem referência as visitas de membros da Igreja a comunidades que foram denunciadas por práticas heréticas em um período anterior ao início que é dado como oficial.

“Na Europa ocidental, o aumento das contestações aos dogmas da Igreja legou à organização do Concílio de Verona em 1184, a partir do qual passaram a ser nomeados bispos para visitar, duas vezes por ano, as paróquias freqüentadas por pessoas suspeitas de heresia, ou seja, de professar doutrina contrária aos princípios da igreja”<sup>33</sup>.

Como podemos ver no trecho, não faz menção à existência anterior de todo um aparato de poder que usava a tortura como mecanismo de encontrar os culpados e a morte para condená-los e que, mesmo depois de 1821, ainda existia uma forte influência do que se

---

33 BRAICK, Patricia Ramos & MOTA, Myriam Becho 2003, p. 101.



compreendia sobre heresia, como práticas divergentes das que eram pregadas pela Igreja, como por exemplo: a perseguição de alguns negros que praticassem suas religiosidades de herança africana; ou mesmo em relação a algumas mulheres, feiticeiras, lésbicas ou adúlteras, que sofreram por muito tempo a represália da igreja, inclusive com a autorização do uso da tortura em alguns períodos.

Outro ponto silenciado nos livros didáticos é a própria noção de heresia.

No livro, *História: Das cavernas ao terceiro milênio*, Patrícia Braick e Myram Mota não abordam o que significava heresia, apenas cita o termo “caça as bruxas” e “membros do clero”, o que reduz a perseguição a mulheres que praticassem a bruxaria e a pessoas de dentro da igreja, como padres e freiras, que cometessem alguma infração vista como herética.

No segundo livro, *História & Vida*, há uma tentativa de explicar melhor o conceito, mas ainda com um olhar muito limitado sobre o termo.

“(…) a Igreja católica encontrava resistência por parte de grupos ou pessoas que se opunham a alguns de seus dogmas. O ato de se opor à Igreja era chamado de heresia; quem a praticava era considerado herege e condenado pela Igreja”<sup>34</sup>.

No glossário deste livro didático, a explicação do termo inquisição, indica que no Brasil os inquisidores vinham “*julgar pessoas acusadas de judaísmo, bruxaria e outras práticas consideradas criminosas*”<sup>35</sup>.

Em ambas as passagens do livro que se tenta conceituar a heresia, não dá a dimensão de complexidade de experiências que o termo tem, pois a perseguição do Santo Ofício foi mais além do que, contra as pessoas que de alguma forma, questionavam a ordem

---

34 PILETTI, Nelson & PELETTI, Claudino. *História & Vida Integrada* (6ª série). São Paulo: Ática, 2003, p. 27

35 *Idem*, p. 159.

da Igreja. O desconhecido também foi perseguido. O que não poderia ser explicado foi condenado.

Em *O Martelo das feiticeiras*<sup>36</sup>, de 1484, há uma das primeiras definições de heresia escrita para o povo e que tem significados mais amplos que os abordados nos livros didáticos aqui analisados.

É herege quem disser coisas que se oponham às verdades essenciais da fé.

Também é herege:

- a) Quem pratica ações que justifiquem uma forte suspeita (circuncidar-se, passar para o islamismo...);
- b) Quem for citado pelo inquisidor para comparecer, e não comparecer, recebendo a excomunhão por um ano inteiro;
- c) Quem não cumprir a pena canônica, se foi condenado pelo inquisidor;
- d) Quem recair numa determinada heresia da qual abjurou ou em qualquer outra, desde que tenha abjurado;
- e) Quem, doente mental ou saudável - pouco importa -, tiver solicitado o "consolamento"<sup>37</sup>.

Sobre essa ótica, percebemos que a heresia estava bem mais ligada ao controle dos corpos do que no próprio embate filosófico com a Igreja. Como Dominic de Guzmán pensava, era na cultura que estava à base para o pensamento do homem e, desta forma, do herege. Por isso, eram as práticas culturais a serem perseguidas, investigadas e condenadas. O Monge Dominic foi o primeiro homem dentro da Igreja a defender o controle da cultura como instrumento de manutenção do poder católico<sup>38</sup>.

Os judeus não eram perseguidos por suas práticas. Eles eram reconhecidos por elas, o que era perseguido era o fato de pensarem diferente da Igreja Católica, fugindo do controle da mesma.

---

<sup>36</sup> Este é um tratado que contém a aprovação da Igreja, pela bula de Inocêncio VIII, de 9 de dezembro de 1484., aos métodos de caça as bruxas, propostos pelos autores.

INSITORIS, Heinrich. **Malleus Maleficarum. O Martelo das Feiticeiras**. Disponível em <http://www.internext.com.br/valois/pena/inquisi.htm>. Acessado em 28/07/05

<sup>38</sup> Baigent, Michael & LEIGH, Richard. *A Inquisição*. Rio de Janeiro: Imago, 2001, p. 34.

A mulher também foi sujeito a ser perseguido, “*num mundo não-racializado, em que tudo podia ser explicado pela ação de forças sobrenaturais: ou Deus, ou o Diabo*”<sup>39</sup>, e do desconhecimento sobre o funcionamento do corpo humano, principalmente o da mulher. Acreditava-se que, nessa dicotomia de forças, a mulher era a associação do mal, sendo algo demoníaco que conduziria o homem ao pecado.

No livro *O Diabo: a máscara sem rosto*, Luther Link faz referência a um texto de Philippe Áries, que faz uma análise sobre os romances renascentista e a visão da mulher para os autores, que apresenta a feminilidade como essa representação de mecanismo para o pecado.

Que feminina ela é, a pura imagem de uma mulher, essa freira, com aqueles quadris largos, o peito macio sob o véu, aqueles ombros [...] O côncavo entre as coxas significa amor [...] É uma idéia do diabo”<sup>40</sup>.

Esse corpo da mulher que para alguns homens remetiam ao *pecado original*, do prazer sexual, deveria ser vigiado constantemente, e ao menor sinal da prática do pecado deveria ser denunciado, o que fez com que o olhar vigilante do Santo Ofício bem mais censurador a esse corpo, visto naturalmente como infame, por ter um funcionamento bem mais desconhecido que o do homem. A menstruação, a gestação, as variações de temperamento, a sensualidade, era o desconhecido temido que movia alguns homens a desvendá-los e a outros a perseguí-los.

Na ânsia do conhecimento, posteriormente ser a motivação do conhecimento científico do Renascimento, gerou também muitos mitos. Jean Delumeau, ao escrever sobre o Renascimento, que presenciou vários mitos e a motivação para a perseguição inquisitorial, viu

---

<sup>39</sup> SOUZA, Laura de Mello e. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz: Feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colônia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986, p. 137.

<sup>40</sup> ÁRIES, Philippe *apud* LINK, Luther. *O Diabo: a máscara sem rosto*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 158.

no homem renascentista essa busca do desconhecido, que ousou investigar e experimentar e isto eram “*componentes de uma mentalidade que permitiu o nascimento da ciência*”, havendo uma “*maior atenção – obediência – prestada ao concreto, o interesse pelo rosto, pela paisagem, pelas plantas, pela geografia*”<sup>41</sup>. Por isso que homens e mulheres foram condenados a negarem suas idéias ou mesmo à morte por estarem experimentando a natureza. Isso não quer dizer que eles eram contra a Igreja, podemos citar com exemplo, Leonardo da Vinci que tem suas aspirações condenadas pelo Santo Ofício, por não entenderem o estudo anatômico humano. Isso foi visto pela Igreja como forma de centralizar a racionalidade como transformadora do universo e não mais de Deus.

Já a pluralidade de modelos de mulher perseguida, como o citado acima com sua associação ao diabólico, haveria-nos um estudo a parte, pois ela com sendo a indicada pela busca do prazer do homem, prazer este que era visto como uma prática pecaminosa, herética, por isso deveria ser condenado.

O sexo (o prazer) doravante é mau e, portanto, proibido. Praticá-lo é transgredir a lei. Ele é, portanto, limitado apenas às funções de procriativas, e mesmo assim é uma culpa”<sup>42</sup>.

O sexo como pecado tinha na mulher o mecanismo de manipulação do homem e, por isso, ela passou a ser bem mais vigiada e condenada. A grande maioria das condenações foi contra mulheres, bruxas, prostitutas, lésbicas, cristã-novas.

No caso da sodomia, vista para o Santo Ofício como um desvio sexual, trouxe a tona um dilema, como nos apresenta Ronaldo Vaifas:

---

<sup>41</sup> DELUMEAU, Jean. *Da Feitiçaria à Ciência. A Civilização do Renascimento*. V. II, Lisboa: Editorial Estampa, 1984, p. 147.

<sup>42</sup> MURARO, Rose Marie. *Breve Introdução Histórica*. In: INSITORIS, Heinrich. *Malleus Maleficarum. O Martelo das Feiticeiras*. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 2000, p. 10.



“As dúvidas e os dilemas inquisitoriais no julgamento do crime de sodomia era, antes de tudo, de ordem conceitual. Questões de princípio que marcavam decisivamente a ação do Tribunal nos processos. Descobrir e interrogar os acusados de sodomia significava, de um lado, proceder contra suspeitos de praticar um ato sexual específico – a penetração anal com ejaculação consumada, fosse entre homens (‘sodomia perfeita’), fosse entre homens e mulheres (‘sodomia imperfeita’) – e, de outro lado, implicava, conforme diziam os escolásticos, a descoberta de pecados entre indivíduos do mesmo sexo. Isso fazia a noção de sodomia tangenciar os domínios do homoerotismo”<sup>43</sup>.

Entende-se, a partir daí que o homossexualismo, principalmente o feminino, deveria ser perseguido, mas o seu entendimento do conceito do ato. No caso da mulher, não tinha uma clareza, pois o pecado era associado à penetração anal, o que não era visto entre as mulheres, levando ao Conselho Geral da Inquisição, em 1591, reconhecer a incompetência do Santo Ofício em julgar as mulheres sodomitas, que contava apenas com a delatação de casos sem provas visuais, fazendo com que essas condenações fossem tangenciadas para a caracterização do desvio sexual, desta forma poderia ser punida, mas enquanto o homem sodomita era condenado a torturas físicas e depois tinha a exposição da imagem em público, a mulher era condenada a morte.

Esses assuntos, desde o início da década de 90, ganharam amplitude no debate das academias, o que motivaria a abordagem dessas temáticas nos livros didáticos, mas as informações lá contidas apresentam-se fragmentadas e reduzidas em sua análise. Não sendo possível, para a compreensão do aluno, a construção de um olhar panorâmico sobre o fenômeno e como ele interferiu nas relações sociais com os indivíduos e com a Igreja desde então.

O conteúdo “Inquisição” sofre com essa fragmentação nas ideias propostas na academia e, até mesmo, da temporalidade e as interações do evento com outros fenômenos

---

<sup>43</sup> VAINFAS, Ronaldo. **Homoerotismo Feminino e o Santo Ofício**. In: PRIORE, Mary Del. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2002, p. 119-120.



não está claramente interligados. A Inquisição não surge por acaso ou só pela perseguição aos hereges. É o resultado de todo um aparato cultural, em tempo e espaços de acontecimentos múltiplos e que movia os homens a práticas de continuidades e rupturas, o que incomodava a Igreja que via o surgimento de novas formas de poderes e fortalecimento de antigas culturas que não era de interesse dela.

A perseguição proporcionada do Santo Ofício, desde o início, está ligada a forte organização que a comunidade judaica tinha na Europa no século XIII e XIV. A perseguição às mulheres estava ligada ao medo que os homens tinham do desconhecido, do diabólico, do até então inexplicável, conseqüentemente, aos primeiros estudos anatômicos, de uma ciência em formação.

O uso da violência até as últimas instâncias vinha de toda uma tradição antiga em perseguir o que nos atinge com a força, servindo sempre de exemplo para os demais, e depois do avanço do protestantismo, foi uma forma de combater a violência com violência.

Estas questões que não são contempladas nos livros analisados, acabam por não deixar claro qual a importância da Inquisição para a História, não havendo uma ligação com acontecimentos e a forma de pensar o presente. Se a História é justamente esse movimento, segundo os próprios autores dos livros, de analisar o passado e tentar fazer uma reflexão com os fatos presentes, nenhum dos dois se propõe a isso, deixando um vácuo no entendimento do conteúdo.

## Considerações finais

Como pudemos perceber, a Inquisição passou a ser estudada nos livros didáticos graças a toda uma reformulação da historiografia brasileira, que foi bastante influenciada pelas discussões que aconteciam na Europa, mais especificamente, na França.

Com a emergência da história cultural e das com novas leituras a respeito do processo de educação, o livro didático foi redimensionado, tendo sua função indo mais além do que um manual de aprendizagem para um meio de discussão. No nosso caso, o livro didático de história, foi e é o responsável pela crítica e reflexão da sociedade, tomando como prerrogativa a interpretação dos fenômenos históricos. Além disso, o aluno passou a ser visto como sujeito histórico, mais consciente do que na época da ditadura, momento em que os livros tinham uma maior vigilância na forma como os conteúdos eram apresentados, onde o materialismo histórico predominou, focando a análise para o econômico, excluindo o cultural.

A "história tradicional" perdeu espaços. A ênfase nas histórias dos heróis, nas guerras e nos mecanismos para a manutenção de uma identidade nacional foi questionada. Por mais críticas que essas formas de fazer a história e de aprendizagem como conhecimentos sobrepostos, "educação bancária", temos que admitir que, graças a essa intenção de se criar um espírito nacional, houve um avanço extraordinário nessa consciência de união brasileira, ao longo de todo o século XX, com um senso comum da visão social do passado.

A história estudada ao longo do tempo foi sendo atualizada, introduzindo certas análises sobre as concepções políticas e as referentes às ações humanas, nos espaços públicos e privados, contribuindo para algumas dos questionamentos sobre a realidade e dos paradigmas da sociedade, entendendo melhor a relação de poderes que interfere na vida dos homens.

Quando trabalhado a Inquisição, os livros analisados, *História: Das Cavernas ao Terceiro Milênio* e *História & Vida Integrada*, pouco contribuíram para esse entendimento do passado e presente, apresentando, ainda, uma forma extremamente limitada, ou melhor, tradicional, de trabalhar o conteúdo.

Se pensarmos a história ensinada hoje, na sexta série do ensino fundamental, como um processo de construção do conhecimento a partir da crítica dos documentos, o que foi exposto não condiz com o próprio referencial teórico dos autores, que em suas fontes de análise, se propunham a um diálogo com a história social. A experiência demonstrou que o caminho adotado pelos autores dos livros analisados foi a de apresentar o conteúdo da forma mais simples, não abordando questionamentos e discussões sobre o tema que é referência para o trabalho desde a década de oitenta. A problematização proposta, mostrou-se bastante tímida.

Percebemos desta maneira, que a forma como o conteúdo Inquisição aparece nos livros didáticos de História não apresenta os resultados esperados, ou seja: uma noção básica sobre o fato, como ele estaria ligado a outros acontecimentos do período; e qual a relação com o presente, não tendo uma dimensão ampla da formação cultural educacional, onde o aluno acaba não percebendo que há um processo de continuidades e rupturas, permanências e transformações, o novo convivendo com o velho, nos acontecimentos da sociedade em que vive e nos embates dos poderes que o influenciam.

Considero que a Inquisição não deveria ser um assunto abordado como fenômeno fechado em uma temporalidade, limitada por marcos que não representam o seu início e fim na prática. Mas ser trabalhada com um debate a respeito das representações de poderes que a Congregação para Doutrinação da Fé tem hoje. Está aí, para ser debatido, em um arcabouço de interesses políticos, podendo, e devendo, ser melhor discutido e trabalhado, analisando como toda a estrutura do Santo Ofício criou e recriou formas de ver o outro.

Os olhares sobre nossa identidade de ocidentais, construída a partir dessas experiências práticas e discursos, é uma preocupação do ensino de história, e a leitura sobre esse assunto, a partir do estudo da Inquisição, não fica esclarecido na forma como o conteúdo foi apresentado nos livros analisados e, muito menos, esclarece se há lugares instituídos para condenar ou favorecer a inquisição.

As diversas publicações e problemáticas sobre o assunto não são exploradas, sintetizando em muito os aspectos que a Inquisição tomou no mundo, deixando a entender que ela foi “única” e imutável ao longo do período de atuação, o que chega a ser discutivelmente “inverídico”, pois, podendo citar como exemplo, os Tribunais Inquisitoriais da França, Itália, Espanha e Portugal tem peculiaridades e importância para nós bem distintas, pela interferência peculiar que cada uma tem com a nossa história. Sem dúvida, a Inquisição portuguesa foi bem mais representativa pelo motivo de que o Brasil não teve um Tribunal Inquisitorial próprio. O que houve foram visitas do Santo Ofício português, já que o Brasil tinha o *status* de colônia portuguesa e não poderia sediar um Tribunal. Quando houvesse um réu a ser julgado, este era enviado para Portugal.

No geral, partimos com prerrogativa que o assunto, da forma como está trabalhado no livro didático analisados, não ultrapassou o limite da “história tradicional”, pois, apesar do conteúdo se abordado em ambos, não trouxe as reflexões que a historiografia demonstra em suas pesquisas e publicações. Mais uma vez um olhar sobre um fenômeno histórico foi silenciado por interesses e por visões diferentes dos autores e editoras, pois essa última, na forma como o mercado editorial de livros didáticos está organizado e ligado a determinados poderes, tem mais poder do que o próprio autor para veto.

Na grande maioria, as editoras estão ligadas a grupos caracterizados como formadores de opinião. Um exemplo disso é a FTD Editora, com mais de cem anos e



responsável pelo maior número de publicações didáticas do país. Ela é controlada pela Congregação Marista<sup>44</sup> que foi responsável pelo Guia de Escolas que foi uma das primeiras publicações com metodologia de ensino e didática do mundo e a primeira a chegar ao Brasil.

Os representantes das escolas Maristas foram, junto com os membros do IHGB, responsáveis pela seleção dos primeiros conteúdos a serem estudados nas escolas. Posteriormente, quando os pesquisadores da USP passaram a ingressar, como representantes legais do Estado junto à educação, houve convergências entre as instituições sobre quem escolheria os conteúdos, criando um mal estar entre Estado e Congregação. No final, houve o convite de coordenadores dos cursos de licenciatura da USP para que os padres da Congregação ingressassem no quadro de professores da universidade, o que de certa forma amenizou as divergências.

Isto posto, entendo esse tipo de elo das editoras, entre representantes da Igreja e sistema educacional, como sendo mecanismo que interfere na forma como os conteúdos são apresentados nos livros que estas editoras publicam. Os autores acabam por adequarem o seu olhar aos interesses que estão por trás da publicação, manipulando assim a abordagem do conteúdo. Talvez esse seja o caso do conteúdo Inquisição, podendo ser visto como algo que não é adequadamente explorado de forma mais ampla por apresentar heranças históricas que deixaram feridas na construção da identidade do homem ocidental.

---

<sup>44</sup> A Congregação Marista foi fundada em 1817 por Marcelino Champagnat e tinha como interesse a formação de jovens e difusão da educação. Chegando ao Brasil em 1897. É a Congregação responsável pela maior rede de educação do mundo e faz parte do grupo mais conservador dentro da Igreja Católica.



## Bibliografia

BAIGENT, Michael & LEIGH, Richard. **A Inquisição**. Rio de Janeiro: Imago, 2001.

BELO, André. **História & Livro e Leitura**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

BETHENCOURT, Francisco. **História das Inquisições: Portugal, Espanha e Itália – Séculos XV-XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BITTENCOURT, Circe. **Livros didáticos entre textos e imagens**. In: BITTENCOURT, Circe. *O saber da História na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 1997, p. 69-90.

CHAUNU, Pierre. **Destruir a Vida para salvar a Alma**. In: *Revista História Viva*, São Paulo, n. 10, 2004, p. 32.

DELUMEAU, Jean. **Da Feitiçaria à Ciência**. *A Civilização do Renascimento*, vol. II. Lisboa: Editorial Estampa, 1984.

FERRO, Marc. **A manipulação da História no ensino e nos meios de comunicação**. São Paulo: IBRASA, 1983.

\_\_\_\_\_. **Os Tabus da História. A fase oculta de acontecimentos que mudaram o mundo**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

FONSECA, Thais Nívea de Lima e. **História & ensino de História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

FONSECA, Thais Nívea de Lima e & FONSECA, Cynthia Greive Veiga. **História e Historiografia da Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

GINZBURG, Carlos. **O queijo e os vermes. O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOFFMAN, Erving. **Estigma – notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 2004 ([www.sabotagem.cjb.net](http://www.sabotagem.cjb.net)).

JOANILHO, André Luiz. **História e prática: pesquisa em sala de aula**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1996.

LINK, Luther. **O Diabo: a máscara sem rosto**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LUCKESI, Cipriano Carlos & PASSOS, Elizete Silva. **Introdução à filosofia: aprendendo a pensar**. São Paulo: Cortez, 2000.

MUNAKATA, Kazumi. **Histórias que os livros didáticos contam, depois que acabou a ditadura no Brasil**. In: FREITAS, Marcos Cezar de. *Historiografia Brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998, p. 271-296.

MURARO, Rose Marie. **Breve Introdução Histórica**. In: INSITORIS, Heinrich. *Malleus Maleficarum. O Martelo das Feiticeiras*. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 2000, p. 5-17.

NOVINSKY, Anita Waingort. **A Inquisição**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PRIORE, Mary Del. **Magia e Medicina na Colônia: o corpo feminino**. In: *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2002, p. 78-114.

PROSPERI, Adriano. **Itália cai nas mãos do Santo Ofício**. In: *Revista História Viva*, São Paulo, n. 10, 2004, p. 46-47.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”**. In: VON SIMSON, O. M. *Experimentos com Histórias de vida (Itália – Brasil)*. São Paulo: Vértice, 1988, p. 14-43.

ROCHA, Ubiratan. **História, currículo e cotidiano escolar**. São Paulo: Cortez, 2002.

RATZINGER, Joseph Card. **Carta aos Bispos da Igreja Católica sobre a colaboração do homem e da mulher na Igreja e no mundo**. Roma, 31 de Julho de 2004.  
[http://www.vatican.va/roman\\_curia/congregations](http://www.vatican.va/roman_curia/congregations), acessado em 29.02.05.

\_\_\_\_\_. **Considerações sobre os projetos de reconhecimento legal das uniões de pessoas homossexuais**. Roma, 31 de julho de 2003.  
[http://www.vatican.va/roman\\_curia/congregations](http://www.vatican.va/roman_curia/congregations), acessado em 29.02.05.

SANTOS, Clézio. **A cartografia nos livros didáticos de geografia: contrapontos de uma pesquisa.** In: *Revista de Ciências Humanas*. Taubaté, v. 9, nº 2, 2003, p. 107-114.

SOUZA, Laura de Mello e. **O Diabo e a Terra de Santa Cruz: Feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colônia.** São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

VAINFAS, Ronaldo. **A Problemática das Mentalidades e a Inquisição no Brasil colonial.** In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, 1988, p. 167-173.

\_\_\_\_\_. **Homoerotismo Feminino e o Santo Ofício.** In: PRIORE, Mary Del. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2002, p. 115-140.

WEST, Morris. **O milagre de Lázaro.** Rio de Janeiro: Record, 1990.

### **Livros Didáticos**

BRAICK, Patrícia Ramos & MOTA, Myriam Becho. **História: Das Cavernas ao Terceiro Milênio (6ª série).** São Paulo: Moderna, 2003.

PILETTI, Nelson & PELETTI, Claudino. **História & Vida Integrada (6ª série).** São Paulo: Ática, 2003.

### **Sites**

[http://www.vatican.va/roman\\_curia/congregations/cfaith/index\\_po.htm](http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/index_po.htm)

<http://www.iantt.pt/>

<http://www.internext.com.br/valois/pena/inquis1.htm>

**ANEXOS**



# HISTÓRIA

DAS CAVERNAS AO TERCEIRO MILÊNIO

Patrícia Ramos Braick  
Myriam Becho Mota



6  
1ª

série

Livro do  
Professor

Venda proibida

EDITORA MODERNA

ACHA  
ЗАЦ  
ИТАРСА  
ИМ  
ВОЛН  
ИИ



Suas ideias tiveram apoio de parte da população inglesa, incluindo a nobreza, que queria se ver livre dos pesados impostos cobrados pelo papa.

No século XV, foi a vez do padre Jan Huss, natural da Boêmia (região que hoje integra a República Tcheca) e profundo conhecedor dos textos bíblicos. Huss defendia com intensidade os princípios da virtude e da bondade, além de também ter chamado a atenção para a corrupção do clero, especialmente no que se referia à venda de indulgências e relíquias sagradas. Foi condenado pelo Tribunal da Inquisição e queimado na fogueira em 1415.

Sua execução deu origem ao hussismo, movimento popular que se espalhou para regiões vizinhas e contaminou populações, que também se voltaram contra a Igreja Católica e o poder dos imperadores. Em 1434 os hussitas foram massacrados por ordem do papa.

Embora reprimidos, esses movimentos manifestaram o crescente descontentamento popular com o domínio da Igreja e prepararam o advento da Reforma Protestante.



### A temida Inquisição

Na Europa ocidental, o aumento das contestações aos dogmas da Igreja levou à organização do Concílio de Verona em 1184, a partir do qual passaram a ser nomeados bispos para visitar, duas vezes por ano, as paróquias frequentadas por pessoas suspeitas de heresia, ou seja, de professor doutrina contrária aos princípios da Igreja.

Em 1231, o papa Gregório IX criou um órgão que definia os métodos pelos quais os representantes da Igreja localizariam, investigariam e interrogariam os hereges, induzindo-os a se retratarem. Esses representantes eram chamados de inquisidores e a instituição ficou conhecida como Tribunal da Inquisição.

Em algumas partes da Europa ocidental foram instalados tribunais presididos por juízes nomeados pelo papa. Para estabelecer a abertura de um processo contra o pecador, era necessário o depoimento de duas testemunhas, que permaneciam no anonimato, caso fosse essa a sua vontade.

Em 1252, durante o pontificado de Inocêncio IV, foi autorizado o uso da tortura como forma de obter a confissão dos réus. Os indivíduos que se arrependiam publicamente recebiam uma penitência estabelecida pelo tribunal; porém, se os acusados persistissem negando a culpa, seriam entregues ao poder secular, que habitualmente os executava na fogueira.

Para que a "caça às bruxas" surtisse efeito, era necessário contar com o apoio dos governos, dos reis, o que demonstrava o caráter político dessas perseguições, principalmente em uma época em que Igreja e Estados caminhavam na mesma direção. Durante a Modernidade foi na Espanha e em Portugal que a Inquisição alcançou seu apogeu.

No Brasil da época colonial, a Inquisição interferiu profundamente na vida das pessoas, perseguindo portugueses e os nascidos na colônia. As denúncias sobre heresias e enriquecimento dos colonos chegavam aos ouvidos da Igreja, que passou a nomear agentes inquisitoriais para visitar o Brasil. O auge das perseguições na América portuguesa se deu no século XVIII, quando a produção de ouro enriqueceu diversos colonos.

Um fato curioso foi o elevado número de membros do clero presos pela Inquisição. Foram acusados de crimes variados, até mesmo de fazer críticas à Igreja, como o padre Lopes de Carvalho. Os acusados de heresia presos na América eram enviados para a Europa para serem julgados e condenados se fosse o caso.



O diabo travestido de padre católico. Pintura hussita do final do século XV



Execução de três bruxas em Baden, Suíça. Gravura do século XVI.



NELSON PILETTI • CLAUDINO PILETTI

# HISTÓRIA & VIDA INTEGRADA

6<sup>a</sup>  
série



**OS CONTEÚDOS DE HISTÓRIA GERAL E  
HISTÓRIA DO BRASIL INTEGRADOS**

**ea**  
editora atica

LIVRO DO  
EXCELENTE  
Venda Proibida



biblioteca, copiando e estudando as obras dos grandes escritores da Antiguidade, sobretudo gregos e romanos. Eram os *monges copistas*. Eles produziram verdadeiras obras de arte. Nas margens das páginas, desenhavam ilustrações, chamadas *iluminuras*, utilizando um tipo de letra que hoje conhecemos como *gótica*.

Nas abadias, além do trabalho, grande parte do tempo era dedicada à oração e ao canto sacro.

As abadias contavam também com numerosos servos, que executavam os trabalhos mais pesados.

## A HISTÓRIA EM DEBATE

Existem diversos filmes que têm como tema central o mundo medieval. *O incrível exército de Brancaleone* é um deles. De forma bem-humorada, mostra aspectos da organização social desse período. Outro filme importante é *O nome da rosa*, baseado no livro de mesmo nome do escritor italiano Umberto Eco. Esse filme oferece uma boa ideia de como eram as abadias medievais.

Assista a um filme que tenha como cenário a Idade Média e escreva um texto mostrando de que forma ele retrata esse período. Depois, troque o seu trabalho com um colega que tenha assistido a um outro filme.

### 4 As heresias

Apesar de todo o seu poder, a Igreja católica encontrava resistência por parte de grupos ou pessoas que se opunham a alguns de seus dogmas. O ato de se opor à Igreja era chamado de *heresia*; quem a praticava era considerado herege e condenado pela Igreja.

É importante destacar que na Europa medieval não se questionava a existência de Deus, mas apenas a forma como essa fé deveria ser manifestada.

Um exemplo de heresia era a seita dos *valdenses*, surgida no século XII. Eles adotavam a pobreza absoluta, não aceitavam os juramentos e a pena de morte. Defendiam ainda que qualquer pessoa podia rezar a missa.

Para combater seitas e pessoas hereges, a Igreja católica adotou uma série de medidas que culminou com a criação dos *Tribunal de Santo Ofício*, no século XIII. Esses tribunais mandavam investigar os casos suspeitos, havia julgamento e castigos, muitas vezes a condenação à morte. Para obter a confissão, os inquisidores faziam uso da tortura física.

## O canto gregoriano

O canto gregoriano surgiu na época medieval. Nele, a música é apenas cantada, sem acompanhamento instrumental.

Esse tipo de música recebeu o nome de São Gregório, papa que comandou a Igreja entre 590 e 604. O papa Gregório ordenou aos diáconos que cantassem unicamente o Evangelho. As outras passagens musicais que faziam parte da missa estavam a cargo de padres menos graduados.

Dando continuidade a sua admiração pela música, São Gregório apoiou a Escola de Cânticos romana, com o intuito de formar cantores profissionais. No século IX, por exemplo, já havia vários vocais de cantos gregorianos.

(Adaptado de: Daniel J. Boorstin. *Os criadores*. Lisboa, Gradiva, 1993, p. 228-30.)

# A história em debate

## Discutindo o capítulo

- 1 Na Idade Média, a Igreja católica esperava e exigia obediência de todos os habitantes da Europa ocidental. *Obediência* era uma das palavras mais usadas nesse período: obediência do servo ao senhor, do vassalo ao suserano, do senhor ao rei, de todos à Igreja. Faça um texto comentando a necessidade e o significado da obediência durante a Idade Média; e de como a Igreja garantia essa obediência.
- 2 A Igreja católica foi a instituição mais poderosa do mundo medieval. Dominava grandes extensões de terras e, principalmente, a consciência dos fiéis. Comente esse papel da Igreja no mundo medieval.
- 3 Pesquise imagens de catedrais medievais que ainda existem na Europa, tanto de suas fachadas quanto do interior delas. Depois, faça uma legenda explicativa para essas imagens. Por fim, em um mapa da Europa, anote onde elas estão localizadas.

socialização dessa prática, em que o ato de penitência se converte em manifestação pública de fé”

(Adaptado do jornal *Folha de S. Paulo*, 19/9/1999.)

Há muito tempo a Igreja católica deixou de ser a principal instituição do mundo ocidental. Entretanto, até os dias de hoje ela reúne um vasto contingente de fiéis, e é uma das maiores religiões do mundo, o que lhe confere prestígio e poder.

Esse papel da Igreja no mundo contemporâneo é um reflexo de como ela conseguiu se adaptar às mudanças da sociedade. Com isso, suas crenças e posições continuam sendo importantes para o comportamento de grande parte da população ocidental.

A Igreja influencia, por exemplo, muitas das discussões polêmicas existentes hoje, como o controle da natalidade, a prevenção da Aids e a legalização do aborto.



Leia o texto e procure em dicionários e enciclopedias as palavras desconhecidas. Depois, com a orientação de seu professor, reúna-se com um grupo de colegas e faça uma pesquisa sobre o papel da Igreja no mundo atual.



Ao final, escrevam, em grupo, um relatório para ser apresentado em forma de seminário para o restante da classe.

## Fazendo a síntese

Releia o texto do capítulo e escolha cinco palavras que, para você, melhor espelham os assuntos tratados neste capítulo.

Faça com elas uma redação. Depois, troque e discuta seu trabalho com um colega.

## Textos e contextos

### O Santo Ofício e seus procedimentos

A partir do século XIII, a Igreja decidiu criar um tribunal permanente para vigiar, julgar e punir todos os que não seguissem os dogmas católicos e a autoridade papal. Foi criado, assim, o *Tribunal do Santo Ofício*.

Em toda a Europa, o *Tribunal do Santo Ofício* organizou-se de modo a ser, ao mesmo tempo, os olhos e os ouvidos da Igreja: invisíveis, mas sempre atentos. Benefícios materiais e religiosos (promessas de cargos, absolvição de pecados, etc.) faziam de qualquer pessoa um delator em potencial.

Em 1252, um documento do papa Inocêncio IV sugeria o uso de tortura contra qualquer suspeito de heresia. Ao mesmo tempo, na prática, ocorria o estímulo às denúncias secretas: durante séculos a delação foi ponto de partida para a maioria dos processos e causa principal das prisões.

Uma denúncia era o suficiente para que o acusado se transformasse em réu e fosse imediatamente levado a uma prisão, onde aguardaria pelo interrogatório.

Nas sessões, a portas fechadas, com a presença de um notário (oficial público que escreve os processos) e de testemunhas da Igreja, pedia-se ao réu que reconhecesse sua culpa e denunciasse delitos de outros para abrandar a própria pena. Muitos réus, ansiosos por recuperar a liberdade e com medo de serem torturados, confessavam delitos — falsos ou verdadeiros — e delatavam crimes — também falsos ou verdadeiros.

Depois das torturas e dependendo dos resultados, procedia-se ao julgamento, última etapa do processo que antecedia o auto-de-fé. Os condenados a penas leves caminhavam com uma vela nas mãos. A frente do cortejo seguiam os condenados à morte, entregues a Justiça civil para serem queimados vivos. Às vezes, dependendo das demonstrações de arrependimento, eram enforcados antes.

(Adaptado de: Sílvia Cintra Franco e Sérgio Reinhardt Santana. *A Inquisição ibérica*. São Paulo, Africa, 1995, p. 35-7.)

### ATIVIDADES SOBRE O TEXTO

- 1 Explique quais os principais objetivos e práticas do Tribunal do Santo Ofício.
- 2 Julgando, torturando e condenando as pessoas, o Tribunal do Santo Ofício espalhava o terror entre a população e impedia atos contrários à fé católica. Explique os motivos para a Igreja controlar a propagação de idéias na Idade Média.
- 3 Hoje, a Igreja não tortura aqueles que discordam de sua fé. Mas a prática da tortura deixou de existir em nossa sociedade? Faça uma pesquisa sobre a tortura no Brasil hoje.



criadas em Minas Gerais durante aquele período (século XVIII).



A *Santíssima Trindade* (cerca de 1840), obra proveniente de Monte Santo, BA, de autoria desconhecida. O quadro faz parte da iconografia do Barroco.

**Identidade cultural.** Você certamente tem (ou pelo menos já viu) uma carteira de identidade. Ela diz quem você é: qual é seu nome, quando e onde você nasceu, quem são seus pais. Com ela você afirma sua identidade diante dos outros. Nenhuma outra pessoa pode ser confundida com você. Pois bem, os povos também têm sua identidade. Esta não se manifesta, e claro, por meio de uma carteirinha. Manifesta-se por meio dos costumes, da maneira de ser, da língua, dos hábitos alimentares, das festas e folguedos populares, da música, dos valores morais em que a sociedade acredita, das manifestações artísticas, da poesia e de muitas outras formas de expressão. Esse conjunto de manifestações compõe a cultura de um grupo social ou de um povo. Existe identidade cultural quando as pessoas pertencentes ao grupo se reconhecem a si próprias como seus membros, devido ao fato de apresentarem os mesmos traços culturais que caracterizam o grupo.

**Individualismo.** E qualquer teoria ou ação prática cujos valores mais importantes são o indivíduo e a sua liberdade. Em filosofia, essa corrente de pensamento coloca o indivíduo acima da sociedade. A própria sociedade passa a ser explicada por meio de um acordo entre as pessoas ou contrato social. No campo econômico, o individualismo defende a ideia de que

a liberdade de ação das pessoas e empresas no mercado realiza por si só o progresso e a justiça social, sem que para isso seja necessária a interferência do Estado.

**Infieis.** Pessoas que não têm a fé considerada verdadeira. Na Idade Média, a palavra era empregada pelos europeus para designar os povos ou as pessoas que não professavam a fé cristã. Para os muçulmanos, em contrapartida, os infieis eram aqueles que não seguiam os preceitos de Maomé.

**Inquisição.** Instituição da Igreja católica criada na Idade Média para combater as heresias\* e outras manifestações de discordância consideradas contrárias à fé cristã. Surgiu em 1231 por intermédio de uma decisão do papa Gregório IX. A Inquisição, também chamada de Santo Ofício, consistia em um tribunal eclesiástico destinado a investigar, prender e julgar toda pessoa suspeita de heresia. Entre seus métodos de ação estavam a tortura e a condenação à morte na fogueira. Durante a Idade Média e o começo da Idade Moderna, milhares de pessoas foram mortas nos processos da Inquisição. No Brasil, ela atuou por meio das "visitações do Santo Ofício", que consistiam na vinda esporádica de membros do clero (os inquisidores) para julgar pessoas acusadas de judaísmo, bruxaria e outras práticas consideradas criminosas. A primeira dessas "visitações" ocorreu em 1591 e durou até 1593. O último colono condenado à fogueira pela Inquisição morreu no dia 20 de outubro de 1748, em Lisboa.



Catálogo de livros proibidos de Valdés, inquisidor geral da Espanha, de 1559.